

SEMANÁRIO

ECCLÉSIA

25 de setembro de 2014 | n.º 1447 | Este número: 3€

CARIDADE, JUSTIÇA E SOLIDARIEDADE: CONSCIÊNCIAS E PRÁTICAS

Tradições religiosas
Dinâmicas e personalidades
O presente que contém o futuro



Edição:

Agência Ecclesia do Secretariado Nacional
das Comunicações Sociais da Conferência Episcopal Portuguesa

Coordenação científica:

Centro de Estudos de História Religiosa
da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa

SEMANÁRIO
ECCLESIA



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA

Âpoios:

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Montepio

Cáritas Portuguesa

Irmandade dos Clérigos



SEMANÁRIO
ECCLESIA

EDIÇÃO ESPECIAL N.º 1447
25 DE SETEMBRO DE 2014



Propriedade:

Secretariado Nacional das
Comunicações Sociais
(Conferência Episcopal Portuguesa)
Diretor: João Aguiar Campos

Edição:

Agência Ecclesia
N.º de Registo: 109665
Diretor: Paulo Rocha
Chefe de redação: Octávio Carmo
Redação: Carlos Borges,
José Carlos Patrício, Henrique Matos,
Lígia Silveira, Luís Costa,
Luís Filipe Santos, Manuel Costa,
Sónia Neves, Tiago Azevedo Mendes,
Tiago Cristóvão

Coordenação Científica:

Centro de Estudos
de História Religiosa da
Universidade Católica Portuguesa

Coordenadores:

António Matos Ferreira
Paulo Alexandre Alves
Sérgio Ribeiro Pinto

Colaboradores:

André de Campos Silva
António Matos Ferreira
Carimo Mohamed
Domingos Vieira
Filomena Andrade
Francisco João Osswald do Amaral
Helena Ribeiro de Castro
Inês Rodrigues
João Coelho Azevedo
Luís Carlos Amaral
Maria C. Fernandes
Paulo Alexandre Alves
Pedro Lage Reis Correia
Timóteo Cavaco

Projeto gráfico, paginação e produção:

Dupladesign

Secretaria:

Ana Gomes

Redação e Administração:

Quinta do Cabeço, Porta D
1885-076 MOSCAVIDE
Tel.: (+351) 218 855 472
Fax: (+351) 218 855 473

Tiragem: 8000 exemplares / Depósito Legal n.º 104002/96

agencia@ecclesia.pt

www.agencia.ecclesia.pt

Caridade como experiência na Patrística

Paulo Alexandre Alves // Mestre em Teologia / Investigador do Centro de Estudos de História Religiosa

O primeiro período cristão, que, numa designação lata podemos chamar de período patrístico, compreende o arco temporal que vai desde o primeiro até ao quinto século da nossa era. Um período tão longo apresenta no seu interior diversos matizes e cambiantes, tanto mais que, em contexto mediterrânico, ele corresponde à queda de uma organização sócio-política (Império Romano), e ao lento surgir de uma medievalidade feudal ainda incipiente.

Neste contexto importa estabelecer algumas divisões. Em primeiro lugar, é mister olhar para alguns fundamentos bíblicos, não só porque estes exprimem experiências e concepções que serão frequentemente relidas no período em questão, mas também porque, no que concerne ao Novo Testamento, são já expressão de práticas das primeiras comunidades cristãs. Em segundo lugar, abordaremos alguns aspetos do período pós-apostólico no que concerne à prática da caridade (individual e comunitária) e da visão acerca da posse e uso dos bens materiais.

Aspetos bíblicos

Se a questão da originalidade doutrinal do Cristianismo é algo que podemos deixar em aberto, parece ser seguro afirmar que as primeiras comunidades cristãs, na diversidade das suas situações geográficas e sociais, convergem na importância e singularidade da morte de Cristo. O primigénio conceito de



João Crisóstomo (347-407):
Homilia XIII sobre a Carta
aos Coríntios (PG 61, 113)

[...] Digo-o, não porque a riqueza seja um pecado; não, o pecado está em não a repartir com os pobres, em fazer mau uso dela. Nada do que Deus fez é mau; tudo é muito bom. Deste modo, as riquezas também são boas, desde que não dominem quem as possui e resolvam a pobreza do próximo. Uma luz que não afastaria as trevas, mas que, pelo contrário, as aumentasse, não seria luz; do mesmo modo, eu não chamaria riqueza à que não afasta a pobreza, mas ainda a aumenta. O verdadeiro rico não procura apoderar-se do que é alheio, mas antes socorrer os outros; o que procura apoderar-se do que é alheio, já não é rico; esse é o verdadeiro pobre.

Ambrósio de Milão (340-397): Livro Sobre Nabot de Jezrael (PL 14, 767)

Um pedaço de terra é suficiente para a hora da morte, tanto para o pobre como para o rico, e a terra, que não foi suficiente para acalmar a ambição do rico, o cobre então totalmente. A natureza não distingue os homens, nem no seu nascimento, nem na sua morte. Gera-os de forma igual a todos e recebe-os de forma igual no seio do sepulcro. Quem pode discernir classes entre os mortos? Escava de novo os sepulcros e, se pudeses, distingue o rico. Desenterra pouco depois uma tumba e diz-me se reconheces o necessitado.



amor cristão (ágape) insere na vivência das comunidades um fator que é da ordem do dom, introduzindo uma dinâmica em que é necessário morrer para poder ressuscitar e dar a vida a outros. Com efeito, aquela que é a primeira obra de caridade social que o Cristianismo nos relata (a coleta que São Paulo promove para os pobres de Jerusalém) recorre a este fundamento como legitimação.

Devemos ter presente que à época não existe ainda, enquanto tal, nenhum *corpus* de Teologia Moral, sendo que os escritos do Antigo Testamento e alguns ditos atribuídos à pessoa de Jesus são, sobretudo, utilizados sob a forma de máximas que devem reger a ação prática. As primeiras comunidades têm como pano de fundo o conceito bíblico de justi-

ça, que aponta para uma ordem global, querida por Deus, na qual cada um se deve empenhar, nomeadamente através da defesa dos pobres e oprimidos. A atitude de Jesus frente à Lei, que se afasta da hermenêutica farisaica da mesma (sendo, por isso, lida como contestação), vem nesta linha e tem, por conseguinte, relevância social. Ganham aqui especial destaque alguns textos, a começar pelo duplo mandamento cristão de amor a Deus (primigenamente) e ao próximo. A este devemos acrescentar, entre outros, as prescrições do “Sermão da Montanha” (Mt 5-7), a petição do pão quotidiano presente na oração de Jesus, a recomendação de que a caridade seja realizada «sem que a esquerda saiba o que faz a direita» (Mt 6, 3), ou o episódio evangélico do jovem rico a quem se recomenda que venda todas as suas riquezas (Mt 19, 16-28).

Assim, a caridade, mais do que se constituir de forma associativa (embora tal também ocorra), parte da iniciativa de cada um e está dependente de uma dinâmica pessoal de constante esforço que é lida como conversão. Ademais, ao constituir-se como uma leitura transgressiva de uma tradição institucional (os judaísmos centrados no templo), o Cristianismo nascente assume como interna uma componente de auxílio e assistência que é independente das fronteiras de grupo (embora comece pela própria comunidade), como forma de diferenciação dos restantes judaísmos e demais propostas religiosas existentes à época.

Neste sentido, o conceito de irmão é fundamental, uma vez que, numa sociedade altamente estratificada e desigual como a de então, uma mesma designação para todos os membros da comunidade visa secundarizar (senão na prática pelo menos como aspiração) as diferenças de estatuto social. A procura de corporizar esta noção é-nos dada, por exemplo, na descrição que o livro dos Atos dos Apóstolos faz da comunidade de Jerusalém, em que não havia pobres e necessitados em virtude da comunhão de bens entre todos. Se é lícito duvidar do grau e extensão temporal de concretização desta tipologia, o de-

siderato que ela representa não deve ser menosprezado. Com efeito, uma multiplicidade de textos atesta esta busca da unidade, fundada na vivência eucarística de um só pão, Cristo. Ainda no Novo Testamento, a escravatura, por exemplo, não é abertamente condenada, mas o senhor e o escravo estão chamados a ter um para com o outro um novo trato, baseado no mútuo reconhecimento de uma igual dignidade perante Deus.

João Crisóstomo (347-407): Sobre os Génesis (PG 53, 348)

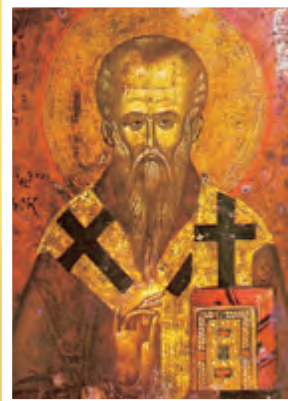


[...] guardemos a parcimónia, segundo a exortação apostólica: «Se tivermos com que comer e com que nos vestir, contentemo-nos com isso» (1Tim 6,8). Que proveito há, com efeito, no supérfluo, em comer até

rebentar, em que se turve o nosso juízo pelo excesso da bebida? Não acontece que é daí que nascem todos os males para o corpo e para a alma? De onde, com efeito, vêm doenças de toda a espécie e tantas mutilações ou estropiamento de membros? Não vêm de que, ultrapassando toda a medida, impomos ao ventre uma carga demasiado pesada? De onde vêm os adultérios, as fornicções, as rapinas, as avarezas, os assassinatos, os roubos e toda a corrupção da alma? Não é porque desejamos além da medida? Paulo chamou à avareza a raiz de todos os males, e, de modo semelhante, podemos nós dizer, sem medo de nos enganarmos, que a desmesura e o afã por passar o limite da necessidade é a fonte de todos os males. Se na comida, no vestir, na casa, e em todas as utilizações de coisas corporais nos decidíssemos contentar só com o necessário, o género humano ver-se-ia livre de muitas desgraças.

Ambrósio de Milão (340-397): Livro Sobre Nabot de Jezrael (PL 14, 783)

És tu próprio que tiras proveito do que deres ao necessitado; para ti próprio aumenta o que perdes. O que alimenta o pobre, ajuda-se a si próprio e já tem a sua recompensa. A misericórdia semeia-se na terra e germina no céu. Planta-se no pobre e multiplica-se diante de Deus. «Não digas – diz o Senhor – amanhã darei» (Prov 3, 28). Se alguém sofre porque dizes «amanhã darei», como poderá suportar que respondas «não darei»? Não dás ao pobre do que é teu, mas antes lhe restituís o que é dele. Porque o que é comum e foi dado para uso de todos, o usurpas apenas tu. A terra é de todos,



não só dos ricos; mas são muitos mais os que não gozam dela do que os que gozam. Pagas, pois, um débito; não dás gratuitamente o que não deves. «Presta atenção, sem teres asco, ao pobre, e paga a tua dívida, responde-lhe com benevolência e mansidão» (Ecl 4,8).

Prática da caridade e posse de bens

A Igreja nascente depara-se com uma situação inicial que vai durar até por volta do ano 313, data em que Constantino decreta tolerância para com todas as religiões, o que possibilitará posteriormente a emergência do Cristianismo como religião oficial do Império Romano. Neste período ocorreram as primeiras definições doutrinárias (sustentadas sobretudo em autoridades locais), mas também os primeiros desvios doutrinários considerados heréticos, sendo um tempo de confrontos e perseguições às comunidades cristãs. Este clima, contudo, não era constante, nem no tempo, nem no espaço, havendo

zonas e períodos em que a Igreja pôde desenvolver em paz a sua atividade.

Neste contexto, chegaram até nós dois tipos de escritos: um que procura dar indicações relativas à estruturação das comunidades, através de cartas ou com um arranjo sob forma de compêndio, enquanto outro pretende fazer a apologia (defesa e propagação) do Cristianismo frente aos restantes grupos sociais, com especial relevo para as autoridades do Império Romano. No primeiro grupo de textos as prescrições relativas à ação para com os pobres, especialmente os restantes irmãos, vão de par com as recomendações litúrgicas, as de moral pessoal, bem como aquelas relativas à hierarquia, o que demonstra a preocupação que invade o Cristianismo nascente, não só de acreditar de forma diversa dos demais, mas também de assim agir. Não se pense, contudo, que estas comunidades secundarizavam o valor do trabalho como forma de sustento, tendo a caridade, sobretudo, um cariz supletivo e de redução das desigualdades e, portanto, de criação de justiça, fundada na caridade (ágape) que Cristo teve pelos homens. O cunho veterotestamentário e judaico não está totalmente ausente, como atesta o recurso à temática dos dois caminhos (o da vida e o da morte) ou aos mandamentos, embora tendencialmente lidos em chave crística.

A caridade praticada pelas comunidades cristãs, mais do que visar uma mudança imediata das estruturas da sociedade, procura colocar todos os crentes em igual patamar de dignidade, coisa que não seria possível sem um mínimo de condições de sustentabilidade. A atitude perante as riquezas e os bens que são concedidos de forma desigual aos homens, agravados por uma sociedade bastante estratificada e, portanto, marcada pela diferença quanto ao nascimento, conhece duas atitudes algo distintas. Num primeiro caso, alguns autores deste período colocam a tônica não na posse dos bens, mas no uso dos mesmos. Outros, contudo, mais ligados a tendências ascético-monásticas, acentuando a radicalidade evangélica têm como necessário um efetivo

desprendimento dos bens para se entrar no reino dos céus. Em todo o caso, o extremo a que chegaram alguns grupos, de propor a necessidade da não-posse de bens sempre foi visto como uma visão desviante do Cristianismo. Deste modo, a noção de que a comunidade cristã aspiraria ser uma espécie de comunismo *avant la lettre* apenas pode corresponder a uma leitura demasiado tergiversada dos testemunhos que até nós chegaram.

Astério Amaseno (335-425): Sobre o Mordomo Iníquo (PG 40, 184)

De modo semelhante, os bens da vida presente deleitam e alimentam certamente a muitos, mas, em rigor, apenas a Deus pertencem, àquele que possui vida incorruptível e que não perece. Viste também uma estalagem, na qual por força tiveste que parar durante o caminho. Sem lebares nada, ali tomaste muitas coisas: cama, mesa, copos, pratos e os restantes utensílios de toda a espécie. Mas quando ainda tu não tinhas usado suficientemente de tudo isso, veio outro viajante, ofegante e cheio de pó, que te procurava apressar a sair da estalagem e que procurava o alheio como se fosse seu. Tal é, irmãos, a nossa vida, ou até algo ainda mais traiçoeiro. Por isso não me posso deixar de admirar com os que falam do “meu campo”, ou da “minha casa”. Com uma pequena sílaba apropriam-se do que não é deles e com algumas letras se apoderam do que não é seu.



A caridade praticada pelas comunidades cristãs, mais do que visar uma mudança imediata das estruturas da sociedade, procura colocar todos os crentes em igual patamar de dignidade, coisa que não seria possível sem um mínimo de condições de sustentabilidade.

Cirilo de Alexandria (375-444):
Sobre o Evangelho de
São Mateus (PG 72, 816)

Sejamos, pois, fiéis nesta riqueza terrena, que é o pouco, o mínimo, ou até mesmo nada, uma vez que é efémera e nos apropriamos do que nos foi dado para proveito comum dos nossos irmãos, já que faríamos iníqua a riqueza pelo facto de a retermos, sendo, como é, coisa alheia. E é coisa alheia, primeiro, porque nada trouxemos ao mundo, e segundo, porque pertence realmente aos pobres. Deste modo se nos confiará o que é nosso, a riqueza divina e celeste, a verdadeira e permanente. Enriquecer é coisa naturalmente alheia a todo o homem.



Esta visão da posse e uso das riquezas assenta na convicção de que há um único Deus que criou todo o mundo e que, portanto, é o único dono de todos os bens. Ao praticar a caridade, os cristãos, mais do que dar daquilo que é pertença de cada um, restituem ao outro aquilo que, porque membro da humanidade, é seu por direito. Com efeito, todos nascem igualmente desnudos e nenhum homem leva consigo qualquer espécie de riqueza material, mas antes as ações que praticou com aquilo que Deus lhe deu para administrar.

A prática atestada da existência de banquetes (denominadas de ágapes), embora não seja de contornos totalmente claros, permite-nos perceber ainda a existência de refeições em que os membros mais abastados da comunidade partilhavam os seus bens alimentares com os restantes elementos. Para além do consumo imediato que estas implicavam, havia também associada a distribuição de alimentos, principalmente às viúvas, ou aos que, por qualquer motivo, não podiam estar presentes.

O período final do Império Romano foi marcado por uma intensa crise económica, resultado natural das profundas convulsões e transformações sociais que estavam em curso. Num tal contexto, a necessidade de recorrer à assistência da Igreja aumenta e as atividades pontuais e de iniciativa privada vão dando lugar a serviços mais organizados ao nível das comunidades, surgindo diversas funções (como a de diácono), encarregues de prestar e coordenar tais serviços. Tenha-se também em linha de conta que com a diluição do Império Romano as comunidades cristãs permaneceram, não raras vezes, como o único corpo da sociedade com capacidade de se manter organizado, situação que começa já a apontar para o tipo de sociabilidade e de estrutura económica que caracterizará a experiência monástica da alta Idade Média. 